

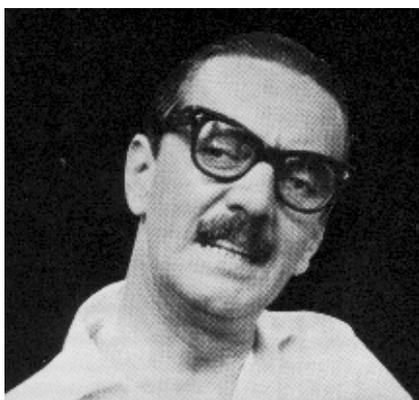
Da esperança à repressão

O presidente Juscelino Kubitschek fora eleito pelo voto popular, cumprira integralmente seu mandato e passara a faixa presidencial para outro presidente eleito. Porém, o novo presidente, Jânio Quadros, renuncia e assume vice-presidente João Goulart (ou Jango, como ficou mais conhecido). Mas seus poderes são limitados pelo parlamentarismo. Quando se torna presidente de fato, é deposto. Rompida a constituição de 1946, com a deposição de João Goulart, as promessas de rápido retorno à ordem democrática não se concretizaram.

Nesta aula, vamos buscar entender como se deu esse processo e como se estruturou no Brasil a ditadura militar, na sua fase inicial, entre 1964 e 1969.

O fim da República Democrática

Jânio Quadros foi eleito com a maior votação obtida, até então, por um político brasileiro. No entanto, só fez descontentar seus eleitores, nos poucos meses em que ocupou a Presidência.



*Varre, varre, vassourinha.
Varre toda a bandalheira,
Que o povo já está cansado
De sofrer desta maneira
Jânio Quadros é a esperança
deste povo abandonado(...)
Música da campanha de
Jânio para a Presidência.*

Com a inflação em alta, manteve os salários congelados e cortou subsídios à agricultura, o que provocou uma grande alta nos preços dos alimentos. Decretou a ilegalidade de rifas e bingos, proibiu as brigas de galos e liberou as corridas de cavalo apenas aos domingos; adotou uniforme “safári” nas repartições públicas e, veja só, proibiu o desfile de maiô em concursos de beleza e o uso de biquini nas praias!

Apresentação do Módulo 9

Nesta aula

Reatando relações diplomáticas com a União Soviética, e condecorando o guerrilheiro Che Guevara, então ministro de Cuba, Jânio Quadros indignou as elites que o apoiavam, e também os norte-americanos.

Sofrendo oposição até de seu partido, a UDN, o presidente renunciou ao cargo, em agosto de 1961.

Contrariamente às suas expectativas, nenhum setor da sociedade tentou convencê-lo a permanecer no cargo. Sua renúncia foi aceita, e o Congresso declarou vaga a Presidência da República.

O governo de João Goulart (1961-1964)

Quando Jânio Quadros renunciou, o vice-presidente estava fora do País, em visita oficial à China. E, por causa de seu passado getulista e de sua aproximação com as forças populares, teve de negociar sua posse. Alguns setores da direita, parlamentares e ministros militares, tentaram impedir que se cumprisse a Constituição, mas o governador do Rio Grande do Sul, na época, Leonel Brizola, com o apoio do Terceiro Exército, lançou a **Campanha da Legalidade** para garantir a posse de João Goulart.

Por meio de um acordo que evitou a guerra civil, foi instaurado o regime parlamentarista. Assim, Jango teria seus poderes diminuídos, pois no parlamentarismo quem governa de fato é o Congresso, com o Primeiro Ministro. Posteriormente, haveria um plebiscito, para que a população decidisse pela continuidade ou não do regime parlamentarista.

No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse, juntamente com o primeiro ministro Tancredo Neves. Mas o clima de golpe que impusera o regime parlamentarista gerou descontentamento e tornou o regime impopular.

O plebiscito teve de ser antecipado e, assim, no dia 6 de janeiro de 1963, a população disse “não” ao parlamentarismo e restabeleceu o presidencialismo.

A inflação, agravada pela crise administrativa e política, castigava duramente a população. O presidente João Goulart tentava implementar reformas de base, mas o Congresso, cuja maioria parlamentar representava os interesses das elites, se opôs a essas reformas. Medidas para conter a remessa para o exterior de lucros das empresas estrangeiras passaram a sofrer a oposição dos Estados Unidos e dos grupos ligados ao capital internacional. A criação da Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB, para controlar o abastecimento e fiscalizar os preços, descontentava o empresariado.

Jango, então, radicalizou: buscou apoio da população, incentivando passeatas e manifestações. Sindicalistas, trabalhadores, donas de casa, estudantes, artistas e intelectuais, todo mundo se manifestava. As forças que o apoiavam eram os trabalhadores urbanos, ligados aos sindicatos, e as **ligas camponesas** lideradas por Francisco Julião, e mais: estudantes, intelectuais e militares nacionalistas. Os pequenos e médios proprietários rurais e industriais, que produziam para o mercado interno, também apoiam as propostas reformistas de Jango. Entre os parlamentares estavam grupos dissidentes do PSD, da UDN, do Partido Democrata Cristão – PDC e a Frente Parlamentarista Nacional – FPN.

No dia 13 de março de 1964, num grande comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Jango anunciou o tabelamento dos aluguéis e a encampação das refinarias de petróleo estrangeiras, passando-as para o controle da Petrobras. Falou das **reformas de base**, que poderiam melhorar a vida de milhões de trabalhadores. Prometeu fazer a reforma agrária e as reformas fiscal, bancária e administrativa.



O comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, disparou a reação dos oponentes a Jango.

Principalmente a reforma agrária, devido à desapropriação dos latifúndios improdutivos, mediante indenização, desencadeou grande reação, por representar uma mudança no direito de propriedade.

Alguns dias mais tarde, em São Paulo, as forças conservadoras manifestaram sua desaprovação, com a organização de uma grande passeata anti-comunista denominada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Embora Jango não fosse comunista, nesse momento de radicalização, e com a polarização capitalismo/comunismo, a Igreja Católica manifestou-se contra as reformas, pois temia que o país caísse na órbita soviética, na qual não havia liberdade religiosa.

A oposição a Jango também se desenvolvia no plano internacional. No final de março, o governo norte-americano aprovou uma operação contra o governo brasileiro. A operação “*Brother Sam*” (irmão Sam) não precisou ser ativada, mas uma frota americana estava estacionada no litoral do Nordeste, pronta para apoiar os golpistas, caso houvesse resistência.

Revolução

Em 31 de março de 1964, as tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho deslocaram-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Altos chefes militares, políticos, governadores, empresários e setores da classe média apoiavam abertamente a deposição do Presidente da República.

Grupos nacionalistas e de esquerda, pegos de surpresa com a movimentação militar, não esboçaram nenhuma reação. Algumas tentativas de oposição por parte de estudantes e sindicalistas não foram suficientes para reverter a situação. O presidente João Goulart, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, seguiu para Brasília e, logo depois, para Porto Alegre.

Surgiu uma proposta de resistência, feita pelo ex-governador do Rio de Grande do Sul, Leonel Brizola. Mas a proposta foi rejeitada pelo presidente, que não desejava “derramamento de sangue”.

O Congresso Nacional, já dominado por políticos favoráveis ao golpe, pronunciou-se: em 2 de abril de 1964 declarou vaga a Presidência da República e indicou interinamente para o cargo o deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados.

João Goulart, que nesse dia ainda se encontrava em território nacional, exilou-se no Uruguai. O governo dos Estados Unidos, que vinha apoiando a conspiração, reconheceu imediatamente a nova situação.

O novo presidente da República – Ranieri Mazzilli – era uma figura decorativa. O poder de fato era exercido por um **Comando Supremo da Revolução**, composto pelo almirante Augusto Rademaker, pelo general Costa e Silva e pelo brigadeiro Correia de Melo. O Ato Institucional nº 1, imposto à nação no dia 9 de abril, afirmava que “a revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional” e dava às Forças Armadas “a responsabilidade da restauração da ordem interna e do combate à corrupção”. As garantias constitucionais foram suspensas por seis meses e uma forte repressão tomou conta do país. Foram fechadas várias organizações consideradas “subversivas” – UNE, CGT, Ligas Camponesas, entre outras. Políticos e lideranças estudantis e sindicais também considerados subversivos foram perseguidos e presos. Iniciaram-se as primeiras cassações de direitos políticos e os exílios.

No dia 11 de abril, a auto-intitulada “Revolução” dá o golpe de misericórdia: com um Congresso totalmente mutilado por cassações e exílios, impõe a aprovação da escolha do marechal Castelo Branco para completar o período presidencial que iniciara com Jânio Quadros, em 1961.

Duros x moderados: o governo Castelo Branco (1964-1967)

Mas, afinal, quem eram esses militares que assumiram o poder em abril de 1964? Eram, na sua maioria, membros da oficialidade, formados no pós-guerra, em meio ao clima da **Guerra Fria**. Muito deles passaram pelos cursos da Escola Superior de Guerra – ESG, criada em 1949, seguindo um modelo norte-americano, com o objetivo de preparar as elites civis e militares para resolver questões relativas ao planejamento e à segurança nacional.

A segurança nacional era entendida como a mobilização de todos os recursos nacionais contra as possíveis ameaças externas, mas, principalmente, contra os inimigos internos, que eram identificados como “comunistas subversivos”, naqueles tempos de **Guerra Fria**.

Depois da queda de Jango, a tarefa de organização do novo poder começou a colocar frente a frente as posições de grupos, dentro das Forças Armadas, que não possuíam as mesmas idéias a respeito dos rumos do movimento. De um lado, estava o grupo mais moderado, com aspirações liberais; de outro, a chamada **linha dura** que, acreditando travar uma “guerra revolucionária”, desejava perseguições e o “endurecimento” cada vez maior do governo.

Foi nesse contexto que se desenvolveu o governo Castelo Branco. Em 1965, com a vitória da oposição nas eleições para importantes governos, como os de Minas Gerais, (Israel Pinheiro) e da Guanabara (Negrão de Lima), os setores da linha dura levaram o governo a editar o Ato Institucional nº 2.

Além da prorrogação do mandato presidencial, esse Ato permitia que o presidente fechasse o Congresso, realizasse novas cassações e, principalmente, dissolvesse os antigos partidos políticos. Surgiram, dessa maneira, a Aliança Nacional Renovadora – ARENA, que deveria servir de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que faria a oposição consentida, isto é, aceita pelo governo.

O quadro político foi agravado por novas medidas autoritárias, como o Ato Institucional nº 3 (determinando a escolha indireta dos governadores de estado), o Ato Institucional nº 4 (estabelecendo as condições em que a nova Cons-

tituição seria votada pelo Congresso) e a indicação do general Costa e Silva, ministro do Exército, para suceder ao marechal Castelo Branco.

Tal situação frustrou as expectativas de antigos aliados civis do golpe, que acreditavam poder participar mais intensamente das decisões políticas.

Alguns órgãos de imprensa, que haviam apoiado o movimento de 64, começaram a denunciar as violências e as perseguições, como o jornal carioca *Correio da Manhã*. Aos poucos, esses órgãos foram sendo atingidos pela censura. As promessas de devolver o país à democracia não se cumpriam.

Além das transformações jurídico-políticas ocorreram mudanças na economia. Combater a inflação e recuperar a confiança dos investidores e credores internacionais passaram a ser prioridades.

Para atingir esses objetivos, ainda em 1964 foi lançado o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, coordenado por Roberto Campos. O país se abriria para as empresas multinacionais, que iriam gerar empregos e progresso.

O governo brasileiro, para colocar esse plano em prática, contou com o apoio do governo norte-americano, que tinha um programa de ajuda aos países subdesenvolvidos chamado ***Aliança para o Progresso***. Com empréstimos dos Estados Unidos, com a diminuição dos gastos públicos e com a contenção salarial, o governo pretendia acabar com a crise econômica brasileira.

Já que a ação dos sindicatos estava limitada pela política de cassação e repressão do governo militar, os trabalhadores acabaram perdendo boa parte do seu poder aquisitivo. Foi criada a ***correção monetária***, que estimulou as cadernetas de poupança e o ***Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*** – FGTS, que permitiu o investimento na construção de moradias (embora tenha sido construída apenas uma pequena quantidade de conjuntos habitacionais) pelo Banco Nacional de Habitação – BNH. O FGTS também tinha o objetivo de extinguir determinados mecanismos que garantiam a estabilidade no emprego.

Com o aumento dos juros e os estímulos à exportação, foram beneficiados bancos particulares e o parque industrial privado. Mas muitas pequenas e médias empresas não suportaram a concorrência das grandes e acabaram fechando suas portas.

Era a ***retomada da oligopolização*** (controle de setores do mercado por algumas poucas empresas que fazem acordo sobre os preços) e do ***processo de concentração de riqueza***.

O fechamento do regime: o governo Costa e Silva (1967-1969)

Quando assumiu o governo em 1967, o general Costa e Silva tinha sua autoridade garantida pela supremacia do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário, e pela existência da Lei de Segurança Nacional. Além disso, as assessorias dadas pelo Alto Comando e Estado Maior das Forças Armadas e pelo Serviço Nacional de Informação – SNI, garantiam as informações necessárias para a fiscalização da vida nacional.

Apesar das medidas radicais e autoritárias da ***linha dura***, a sociedade começou a reagir. À oposição consentida do MDB, somaram-se setores sociais pertencentes às classes médias urbanas (incluindo-se aqui alguns grupos anteriormente comprometidos com o golpe), setores do movimento estudantil, operários e parte da Igreja Católica.

Já rompido com a “Revolução”, o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda lançou, em 1967, a Frente Ampla. Contando com apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, exigia uma ***anistia ampla***, uma nova

Constituição e o restabelecimento das eleições diretas para todos os níveis. No entanto, a heterogeneidade dos componentes e a reação militar levaram a Frente Ampla ao fracasso.

Em 1968, protestando contra a política educacional, o corte de verbas, a diminuição dos salários dos professores, a redução do número de vagas, o incentivo ao ensino particular com verbas públicas, e opondo-se ao próprio governo, os **estudantes** realizaram diversas manifestações em várias capitais. O ponto máximo da mobilização dos jovens ocorreria em junho, por causa do assassinato do estudante Edson Luís, pela polícia.

No dia 26 de junho de 1968, o Rio de Janeiro assistiu à **Passeata dos Cem Mil**. Milhares de pessoas saíram às ruas, na maior manifestação contra o governo desde 64. Artistas, intelectuais, estudantes, padres, freiras, professores, funcionários públicos, jornalistas e mães exigiam a libertação dos jovens presos. A classe média saía às ruas para mostrar sua insatisfação. O governo relutava em negociar e respondia com evasivas.

Naquele momento em que os protestos contra o regime não paravam, a oposição consentida do MDB no Congresso passou a ser mais agressiva em suas acusações ao governo. Aí surgiu a gota d'água para o fechamento do regime.

Um discurso do deputado carioca Márcio Moreira Alves, do MDB, pregando o boicote popular ao desfile de 7 setembro, provocou irritação nas Forças Armadas e levou o governo a exigir que o Congresso punisse o deputado. Mas o Congresso recusou o pedido de licença para processá-lo. No dia seguinte, 13 de dezembro, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso por tempo indeterminado, cassou diversos mandatos e levou mais gente para a cadeia. Era o **fechamento completo do regime**.



O tempo não pára

Com a “Revolução” de abril de 1964, foi implantado no Brasil um novo projeto de Estado, privilegiando a manutenção da ordem, o desenvolvimento econômico capitalista e o controle dos movimentos sociais. Para atingir esses objetivos, os líderes militares mostraram-se dispostos a sacrificar qualquer noção de direito, de cidadania e de Estado de Direito vigente no país.

No ano de 1968, o termômetro da mobilização social atingiu graus intoleráveis para as autoridades. A violência do Ato Institucional nº 5 significou o início dos “anos de chumbo”.

Em agosto de 1969, com a doença de Costa e Silva, que sofreu um derrame cerebral, o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de assumir a presidência por sua posição contrária ao Ato Institucional nº 5. Os três ministros militares formaram, então, uma junta militar e assumiram o governo.

A violenta repressão e a censura que se abateu sobre o país impediram a participação política da sociedade. Assim, alguns grupos partiram para o caminho da clandestinidade e da luta armada. Organizações guerrilheiras, formadas por diferentes grupos radicais de esquerda, passaram a realizar assaltos a bancos, como forma de obter dinheiro e armas para a luta, e a seqüestrar embaixadores estrangeiros, com o objetivo de denunciar o governo e obter a libertação de presos políticos que iam para outros países, exilados.

Iniciou-se uma verdadeira guerra entre as forças militares e os grupos da esquerda armada.

Foi nesse contexto de crise que se deu a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para o governar o Brasil.

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário e no vocabulário da Unidade.

1. Releia **O fim da república democrática** e explique:
 - a) o que foi a *Campanha da Legalidade*;
 - b) o acordo que evitou a guerra civil e garantiu a posse de Jango.
2. Releia **Revolução** e responda:
 - a) que setores apoiaram a deposição de Jango?
 - b) com que Ato as Forças Armadas se responsabilizaram pela manutenção da ordem interna e do combate à corrupção?
3. Releia **Duros x moderados: o governo Castelo Branco (1964-1967)** e diga que medidas práticas foram tomadas com o Ato Institucional nº 2?
4. Releia **O fechamento do regime: o governo Costa e Silva (1967-1969)** e explique as manifestações estudantis de 1968.
5. Dê um novo título a esta aula.

Refazendo a História

Marcha da quarta-feira de cinzas

Letra de Vinicius de Moraes e música de Carlos Lyra

*Acabou nosso carnaval
Ninguém ouve cantar canções
Ninguém passa mais brincando feliz
E nos corações
Saudades e cinzas foi o que restou
Pelas ruas o que se vê
É uma gente que nem se vê
Que nem se sorri
Se beija e se abraça
E sai caminhando
Dançando e cantando cantigas de amor
E no entanto é preciso cantar
Mais que nunca é preciso cantar
É preciso cantar e alegrar a cidade
A tristeza que a gente tem
Qualquer dia vai se acabar
Todos vão sorrir
Voltou a esperança
É o povo que dança
Contente da vida feliz a cantar
Porque são tantas coisas azuis
E há tão grandes promessas de luz
Tanto amor para amar de que a gente nem sabe
Quem me dera viver pra ver
E brincar outros carnavais
Que marchas tão lindas
E o povo cantando seu canto de paz*

Nesse poema, Vinicius de Moraes, lamentava o fim do período democrático, comparando-o ao carnaval. No entanto, previa que, em breve, voltaria a esperança. Infelizmente, ele não viveu para ver esse dia feliz.

Em sua opinião, que esperança era essa, e quais seriam essas **promessas de luz** a que Vinicius se referia?

Exercícios